

# CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO ADMINISTRATIVO - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM ENFOQUE NO JUDICIÁRIO - ÁREA JURISDICIONAL - PGL

---

## **Objetivo Geral**

O curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública objetiva a qualificação de seus servidores com formação adequada para intervirem na realidade social, política e econômica, visando a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. O programa do curso é constituído por diretrizes que privilegiam tanto a formação ético-humanística, quanto a formação técnico-científica condizente com as exigências do trabalho.

## **Objetivos Específicos**

- O curso será desenvolvido em 8 (oito) módulos acrescido de 1 (um) módulo sobre Metodologia e Técnica de Pesquisa destinado a auxiliar o participante na elaboração do trabalho de conclusão do curso.
- Para integralização curricular e obtenção do diploma de conclusão, o participante deverá cumprir a carga horária referente aos créditos dos 8 (oito) módulos, além da elaboração de monografia ou artigo científico referente ao módulo de Metodologia e Técnica de Pesquisa.

## **Metodologia**

Aulas Expositivas com auxílio de recursos audiovisuais.

## **Conteúdo Programático**

- Módulo I – A Constitucionalização Do Direito Administrativo
  - Princípios
  - Estrutura do Estado (Administração Direta, Indireta e Delegada. Desconcentração. Criação e Instituição de fundos políticos)
  - Direitos Fundamentais
  - Políticas Públicas
- Módulo II – O Poder Judiciário na Constituição
  - Tribunais Superiores
  - Tribunais Estaduais
  - Tribunais Especializados
  - Conselho Nacional de Justiça
  - Métodos Alternativos de composição de conflitos

- Magistratura
  - Funções Essenciais à Justiça
  - Organização e Divisão Judiciárias
- Módulo III – A função Administrativa do Estado
    - A separação dos Poderes (Atividade regulamentar)
    - Atos administrativos (Função de Polícia)
    - Contratos Administrativos
    - Processos Administrativos
- Módulo IV – Finanças Públicas
    - Orçamento e Finanças Públicas – CRFB
    - Gestão Financeira – Lei 4.320/64
    - Lei da Responsabilidade Fiscal
- Módulo V – Função de Controle
    - Controle Parlamentar
    - Tribunais de Contas
    - Controle Popular
    - Controle Social
    - Ministério Público
    - Controle Judicial
- Módulo VI – Gestão de Pessoas na Administração Pública
    - Autonomia da disciplina dos Agentes Públicos;
    - Agentes Políticos e Agentes Administrativos. Regimes Jurídicos funcionais: estatutário e trabalhista. Regime jurídico único. Contratação temporária;
    - Concurso público. Questões relevantes na jurisprudência dos Tribunais Superiores;
    - Normas Constitucionais. Princípios aplicáveis aos servidores. Cargos: de provimento efetivo, em comissão e vitalícios. Estabilidade. Disponibilidade. Direito de greve e sindicalização. Proibição de Acumular;
    - Sistema Constitucional de Remuneração. Teto Remuneratório, irredutibilidade e isonomia de vencimentos. Direito adquirido dos servidores;
    - Organização Funcional. Provimentos: tipos e formas. Investidura. Peculiaridades no âmbito do TJRJ. Vacância. Exoneração e Demissão;
    - Regime Jurídico dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro. Regime Jurídico dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: Quadro Único de Pessoal. Carreira dos Servidores do Poder Judiciário do Rio de Janeiro. Ingresso na carreira. Estabilidade. Jornada de Trabalho: Carga Horária (AN 03/2009). Frequência. Redução de Carga Horária e Readaptação. Dos dependentes. Remuneração. Parcelas (Visão Geral). Exercício de cargo em comissão/função gratificada;
    - Questões controvertidas envolvendo a remuneração dos servidores do TJRJ. As principais demandas;

- Férias. Licenças (Médicas, gestante, paternidade, sem vencimentos, licença prêmio). Afastamentos e Concessões (casamento, falecimento do cônjuge/companheiro, pais, filhos ou irmãos, doação de sangue (Lei 3269/99), feriado judaico (Lei 2874/97), exame preventivo (Lei 3814/02). Disposição para órgãos de outros entes federativos. Benefícios concedidos pelo PJERJ: auxílio creche; auxílio alimentação/refeição, auxílio locomoção, plano de saúde, auxílio doença, auxílio funeral. Averbação (de tempo de contribuição; tempo fictício e contagem em dobro, licença sem vencimento);
  - Visão do CNJ acerca da organização administrativo-funcional;
  - Responsabilidade do Servidor. Proibições e Penalidades;
  - Processo Administrativo Disciplinar e a jurisprudência dos Tribunais Superiores;
  - Direito de petição. Reconsiderações e Recursos. Prazos e prescrição;
  - Questões práticas acerca do processo administrativo disciplinar;
  - A atuação do CNJ em âmbito disciplinar.
- Módulo VII – Regime de Previdência – conteúdo do professor
    - Conceitos básicos. Previdência Social X Assistência Social. Regimes de Previdência Social.
    - Regime de Previdência dos Servidores: princípios e organização.
    - Disciplina Jurídica do RPPS. Histórico no Estado do Rio de Janeiro.
    - Custeio e gestão de ativos previdenciários
    - Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social.
    - "Noções de previdência privada"
- Módulo VIII - Responsabilidade na Administração Pública
    - Esferas de Responsabilidade.
    - Espécies de Responsabilidade (Subjetiva, Objetiva e Integral).
    - Responsabilidade Civil (Reparação de Danos).
    - Responsabilidade Administrativa - (Regime Disciplinar dos Servidores).
    - Responsabilidade do Estado e do Agente.
    - Responsabilidade da função Legislativa e da função Jurisdicional.
    - Lei de Improbidade Administrativa.
    - A Fazenda Pública em Juízo
- Módulo IX – Metodologia e Técnica de Pesquisa (conteúdo programático em ementa própria)

### **Bibliografia Indicada**

Apenas legislação pertinente atualizada.

#### **A – Gerais**

BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. Trad. Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos, Brasília: UNB, 2003.

BONAVIDES, Paulo, MIRANDA, Jorge, AGRA, Walber de Moura (coord.). Comentários à Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26ª ed., São Paulo: Atlas, 2013.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26ª ed., São Paulo: Atlas, 2013.

CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Responsabilidade Civil. 10ª ed., São Paulo: Atlas, 2012.

FREITAS, Juarez. O Controle dos Atos Administrativos. 5ª ed., São Paulo: Malheiros, 2013.

GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo. 17ª ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 8ª ed., Belo Horizonte: Fórum, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes de. Direito Administrativo Brasileiro. 39ª ed., São Paulo: Malheiros, 2013.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 30ª ed., São Paulo: Malheiros, 2013.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo, 15ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2009.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. 15ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2009.

### B – Específicas

AGUIAR, Afonso Gomes. Direito Financeiro - Lei nº 4.320 Comentada ao alcance de todos. 3ª ed., 2ª tiragem. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

AMARAL, Antonio Carlos Cintra do. Concessão de Serviço Público. 2ª ed., São Paulo: Malheiros, 2002.

ANTUNES, Paulo de Bessa, Direito ambiental, 15ª ed., Rio de Janeiro: Atlas, 2013.

BAPTISTA, Joaquim de Almeida. Das Servidões Administrativas: Doutrina, Legislação e Jurisprudência. São Paulo: Iglu, 2002.

CAMMAROSANO, Márcio. O Princípio Constitucional da Moralidade e o Exercício da Função Administrativa. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

DAIBERT, Arlindo (coord.). Direito Ambiental Comparado. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Tomada de Contas Especial. 2ª ed., Brasília: Brasília Jurídica, 1998.

FERREIRA, Daniel. Sanções Administrativas (Coleção Temas de Direito Administrativo Nº 04). São Paulo: Malheiros, 2001.

FERREIRA, Luiz Tarcísio Teixeira. Parceria Público-Privada – Aspectos Constitucionais. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle (coordenadora). Comentário à Lei Federal de Processo Administrativo Lei nº 9.784/99. 2ª ed., Belo Horizonte: Fórum, 2008.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco e RODRIGUES, Marcelo Abelha. Manual de Direito Ambiental e Legislação Aplicável. 2ª ed., São Paulo: Max Limonad, 1999.

FLORES, Nilton Cesar (org.). A Sustentabilidade ambiental em suas múltiplas faces. São Paulo: Millennium, 2012.

FREITAS, Daniela Bandeira de. A Fragmentação Administrativa do Estado – Fatores Determinantes, Limitações e Problemas Jurídicos - Políticos. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Licitações e Contratos Administrativos. 5ª ed., Belo Horizonte: Fórum, 2013.

GABARDO, Emerson. Princípio Constitucional da Eficiência Administrativa. São Paulo: Dialética, 2002.

GARCIA, Flavio Amaral. Licitações e Contratos Administrativos – Casos e Polêmicas, 3ª ed., 2ª tiragem, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

GASPARINI, Diogenes (Coordenador). Pregão Presencial e Eletrônico. 2ª ed., Belo Horizonte; Fórum, 2009.

GASPARINI, Diogenes. Comissões de Licitação e demais órgãos colegiados referidos na Lei nº 8.666/93. 3ª ed., São Paulo: NDJ, 2011.

GASPARINI, Diogenes. O Estatuto da Cidade. São Paulo: NDJ, 2002.

GRAU, Eros Roberto. A Ordem Econômica na Constituição de 1988. 15ª ed., São Paulo: Malheiros, 2012.

Idem, Diversidade Biológica e Conhecimento Tradicional Associado. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2002.

Idem. Concessões de Serviços Públicos (comentários às Leis nº 8.987 e 9.074, de 1995). São Paulo: Dialética, 1997.

Idem. Da Responsabilidade de Agentes Públicos e Privados nos Processos Administrativos de Licitação e Contratação. São Paulo: NDJ, 2012.

Idem. O Município e o Parcelamento do Solo. São Paulo: Saraiva, 1988.

Idem. Teoria Geral das Concessões de Serviço Público. São Paulo: Dialética. 2003.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª ed., São Paulo: Dialética, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. O Direito das Agências Reguladoras Independentes. São Paulo: Dialética, 2002.

LOPES, Mauricio Caldas. Judicialização da Saúde. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo, Mutações do Direito Administrativo. 3ª ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Direito Regulatório. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Quatro Paradigmas do Direito Administrativo Pós-Moderno. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção, OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Manual de Improbidade Administrativa. 2ª ed., São Paulo: Método, 2013.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. A Constitucionalização do Direito Administrativo, 2ª edição, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Princípios de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres, DOTTI, Marinês Restelatto. Políticas Públicas nas Licitações e Contratações Administrativas. 2ª ed., Belo Horizonte: Fórum, 2012.

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Controle Judicial da Administração Pública - Da legalidade estrita à lógica do razoável. 2ª ed., Belo Horizonte: Fórum, 2009, 1ª reimpressão.

PEREIRA, Cesar A. Guimarães. Usuários de Serviços Públicos. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2008.

ROCHA, Carmen Lucia Antunes. Princípios Constitucionais dos Servidores Públicos. São Paulo: Saraiva, 1999.

SAMPAIO, Francisco José Marques. Evolução da Responsabilidade Civil e Reparação de Danos Ambientais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

SANTANA, Jair Eduardo. GUIMARÃES, Edgard. Licitações e o Novo Estatuto da Pequena e Microempresa. Reflexos práticos da LC nº 123/06, 2ª ed., Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009.

SANTOS, Murillo Giordan, BARKI, Teresa Villas Pinheiro. Licitações e Contratações Públicas Sustentáveis. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

SÉGUIN, Elida. Direito Ambiental: Nossa Casa Planetária. 3ª ed., Forense: Rio de Janeiro, 2006.

SOUTO, Marcos Jurema Villela. Direito Administrativo Regulatório. 2ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

TALAMINI, Eduardo. JUSTEN, Monica Spezia. Parcerias Público-Privadas: Um Enfoque Multidisciplinar. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2005.

TOLEDO JUNIOR, Flávio C. de, ROSSI, Sérgio Ciqueira. Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada Artigo por Artigo. 3ª ed., São Paulo: NDJ, 2005.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Licitação, Contrato e Orientações e Jurisprudencia do TCU. 4ª ed., Brasília: Senado Federal, 2010.

VALLE, Vanice Regina Lírio do (coord.). Audiências Públicas e Ativismo – Diálogo Social no STF. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Direito Fundamental à Boa Administração e Governança. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

ZYMLER, Benjamin, ALMEIDA, Guilherme Henrique de la Roque. O Controle Externo das Concessões de Serviços Públicos e das Parcerias Público-Privadas. 2ª ed., Belo Horizonte: Fórum, 2008.

ZYMLER, Benjamin, DIOS, Laureano Canabarro. Regime Diferenciado de Contratação-RDC. 2ª ed., revista, atualizada e ampliada. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

**Carga horária: 360 horas**

<p><b>Data: 25/11/2013</b> <b>Revisão: 00</b> <b>Total de páginas: 7</b></p>
--